



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME  
GOVERNO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INSTITUTO MENINO MIGUEL  
OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E  
PREVENÇÃO ÀS DROGAS  
PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA  
SOCIAL-CAPACITA SUAS  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS  
FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL –  
FADURPE

**ANA CLÁUDIA GOMES DE SÁ**

**VULNERABILIDADE SOCIAL E ALCOOLISMO:  
RELAÇÕES COM A FALTA DE EFETIVAÇÃO DE GARANTIA DE  
DIREITOS**

RECIFE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C615Gom Sá, Ana Cláudia Gomes de  
esv Vulnerabilidade social e alcoolismo: Relações com a falta de efetivação de garantia de direitos / Ana Cláudia Gomes  
de Sá. - 2023.  
41 f.

Orientadora: Gabriella Maria Lima Bezerra.  
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em Políticas Sociais, Recife, 2023.

1. Vulnerabilidade social. 2. Alcoolismo. 3. Políticas Públicas. 4. Garantia de direitos. I. Bezerra, Gabriella Maria Lima, orient. II. Título

CDD 320.6

---

**ANA CLÁUDIA GOMES DE SÁ**

**VULNERABILIDADE SOCIAL E ALCOOLISMO: RELAÇÕES COM A  
FALTA DE EFETIVAÇÃO DE GARANTIA DE DIREITOS**

Aprovada em: 12 de maio de 2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Me. Gabriella Maria Lima Bezerra(Orientadora)**

**(DECISO/UFRE)**

---

**Profa. Dra. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes**

**(DCC - PPGECI/UFRPE)**

---

**Profa. Dra. Valéria Gomes**

**(DEL/UFRPE)**

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial a força espiritual que me rege e me configura como ser humano: Deus.

Ao CAPACITASUAS-PE e a UFRPE pela oportunidade de somar junto ao curso.

A minha família que é peça fundamental no incentivo do meu crescimento profissional e pessoal, meu pai Antonio Gomes de Sá, minha mãe Ana Maria Gomes de Sá e meu irmão Diógenes Fonseca.

A minha Orientadora Profa. Gabriella Bezerra e assim como a banca examinadora que aceitou meu convite e me propôs contribuições para enriquecer meu trabalho.

De maneira especial ao meu filho Davi Lucca de 02 anos que me mostra a cada dia o incentivo e o significado de força.

In memoriam, C.A, uma paciente querida da psicologia clínica que me ensinou muito sobre não desistir e sobre a bondade.

Aos colegas e professores do curso que foram de suma importância e valor para minha jornada.

## RESUMO

O presente trabalho visa expor e explicar sobre as vivências do curso de especialização, assim como debater sobre a temática da vulnerabilidade social e sua relação com o uso abusivo de álcool e com foco no projeto de intervenção que se realizará no município de Mirandiba-Pe com desejo de execução no nosso cenário de trabalho para atender certa demanda social. Traz no seu decorrer a importância dos conceitos de vulnerabilidade social debatido por Silva (2007), onde o coloca como de fato essa falta de garantias efetivas e em complemento o conceito histórico da garantia de direitos exposto por Dallari (2007), que nos traz a reflexão das marcas de tantas lutas históricas para que as políticas de garantia de direitos sejam executadas. A temática a ser exposta se configura em três momentos específicos sendo eles: o memorial que irá tratar a minha trajetória enquanto estudante, profissional e cursista; o referencial teórico irá tratar da revisão literária do meu público de pesquisa, tratando de temas como vulnerabilidade social, alcoolismo, política de garantia de direitos dentre outros que se atrelam a dinâmica do tema, a discussão é feita de maneira crítica para despertar o desejo de mudança de cenário; o projeto de intervenção se trata da parte em que se concretiza este trabalho, pois a proposta do interventivo é de fato ir para a realidade do usuário, que em questão são as pessoas alcoolistas que se enquadram em um perfil mais vulnerável e junto a proposta se traz com pequenas ações o desejo de atuar de maneira informativa e interventiva na realidade da dependência química. Então trago este trabalho não apenas como um expositor de conhecimento acadêmico, mas também como um provocador a uma realidade gritante e tão pouco debatida e então desta forma espera-se que possa contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Palavras-chave: vulnerabilidade social; alcoolismo; políticas públicas; garantia de direitos.

## ABSTRACT

The present work aims to expose and explain about the experiences of the specialization course, as well as to discuss the theme of social vulnerability and its relation with the abusive use of alcohol and with a focus on the intervention project that will be carried out in the municipality of Mirandiba-Pe with desire to perform in our work scenario to meet a certain social demand. It brings in its course the importance of the concept of social vulnerability discussed by Silva (2007), where it places it as in fact this lack of effective guarantees and in addition the historical concept of the guarantee of rights exposed by Dallari (2007), which brings us the reflection of the marks of so many historical struggles for rights guarantee policies to be implemented. The theme to be exposed is configured in three specific moments, namely: the memorial that will address my trajectory as a student, professional and course participant; the theoretical framework will deal with the literary review of my research audience, dealing with topics such as social vulnerability, alcoholism, rights guarantee policy among others that are linked to the dynamics of the theme, the discussion is done in a critical way to awaken the desire to change of scenery; the intervention project is the part in which this work takes place, since the proposal of the intervention is in fact to go to the user's reality, which in question are the alcoholic people who fit a more vulnerable profile and together with the proposal if brings with small actions the desire to act in an informative and interventional way in the reality of chemical dependency. So I bring this work not only as an expositor of academic knowledge, but also as a provocateur to a glaring reality and so little debated and so, in this way, it is hoped that it can contribute to a more egalitarian society.

Keywords: social vulnerability; alcoholism; public policy; guarantee of rights.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ENEM Exame Nacional do Ensino Médio

OMS Organização Mundial de Saúde

SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos SUAS Sistema Único de Assistência Social

TAG Transtorno de ansiedade generalizado

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2.</b>	<b>MEMORIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>3.</b>	<b>CONCEITUAL TEÓRICO.....</b>	<b>19</b>
	<b>3.1 Vulnerabilidade Social e as consequências da falha de efetivação dos direitos humanos.....</b>	<b>19</b>
	<b>3.2 Alcoolismo como decorrência da falta de garantia de direitos.....</b>	<b>23</b>
	<b>3.3 Políticas públicas de efetivação como possibilidades de enfrentamento da dependência química.....</b>	<b>27</b>
<b>4.</b>	<b>PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar uma reflexão sobre a vulnerabilidade social e sua relação com a dependência química, assim como explicar as políticas públicas de direitos em relação a tencionar os leitores a uma reflexão do atual cenário que liga o alcoolismo a vulnerabilidade social e a possibilidade de tensionar mudanças para o cenário especificamente daqueles inseridos em contextos de vulnerabilidade e pobreza.

O texto organiza-se em algumas partes e fases, onde se inicia com o memorial que propõe aos leitores uma conexão com a história de vida do escritor e onde são colocados os fatores disparadores para a escolha do objeto de pesquisa, em sequência trago uma contextualização teórica com explicações relacionadas ao meu tema e logo mais trago o projeto de intervenção que é o escopo da escrita assim como uma das principais partes deste trabalho.

Nos escritos são colocados temas de discussão que levam a reflexão sobre o alcoolismo como cita Gaulio (2015) e CHAGAS, Maciel et al (2008), a vulnerabilidade social baseada nas reflexões de Silva (2007), a prática profissional como é destacada com algumas reflexões de Brasil (2016) e assim como demais questões atreladas ao tema, fazendo que ao fim de cada parágrafo possa-se voltar um olhar crítico e construtivo para as atuais políticas públicas que se debruçam sobre o alcoolismo e a pobreza e desta maneira se possa pensar em garantir e efetivar a igualdade a todos com dignidade.

A escolha da metodologia foi por finalidade a qualitativa, pois em se falar de um tema tão abrangente quanto este o metodologia qualitativa contempla e enriquece com sua abordagem, pois segundo Guerra (2014), este tipo de metodologia contempla não apenas o estudo por dados estatísticos, mas também faze-se uma análise cuidadosa do estudo a ser destacado fazendo assim um aparato de maior investigação que contemple várias questões do estudo a ser explorado.

Ao final deste trabalho tem a proposta de intervenção para o público alvo, que se trata basicamente de um projeto que se configura como um modelo de plano de ação para atuar em certa realidade, neste caso com as pessoas vulneráveis e alcoolistas do município de Mirandiba-PE. Tem como maior finalidade a desmistificação de uma cultura pobre e alcoolista, levando então para a sociedade conhecimento, informação, sensibilização e

garantia de direitos para que assim se possa construir uma realidade mais digna e crítica sob certa demanda.

Este trabalho justifica-se na tentativa de uma psicoeducação da sociedade, dos usuários e do poder público, falar de intervenção é falar de mudança de realidade ou redução de alguns danos, desta forma com esta pesquisa qualitativa visa-se exatamente isso, ou seja atuar mudando ou amenizando certa demanda.

Então, conclui-se que diante do atual cenário que nos encontramos é preciso sempre pensar e repensar sobre nossas demandas do serviço público. Trabalhar com usuários do SUAS é trabalhar diretamente com a necessidade de mudança, de mediação, de buscas e de efetivação, estar inserido em uma política falha é preciso atuar de maneira empoderada e proativa, pois a sociedade leiga necessita de intervenções pautadas em qualidade do serviço e efetivação dos direitos primordiais a vida humana.

## 2. MEMORIAL

Início este trajeto de memórias com grande emoção no coração, chegar até aqui e poder construir este trabalho é sem dúvidas para mim um misto de sentimentos, memórias e também uma retrospectiva que me transporta ao passado, presente e me proporciona uma visão de futuro criando uma sensação de enorme gratidão.

Trago aqui neste princípio, uma trajetória de lutas e de realizações, pois para chegar até este curso tive que traçar caminhos e batalhas que por vezes foram árduas e por vezes agradáveis, mas que foram de grande valia para minhas conquistas pessoais e profissionais.

Vindo de onde venho, deixo aqui algumas considerações: a educação transforma vidas, a força de vontade, a luta e o incentivo familiar e pessoal são armas cruciais para passos de enfrentamento e mudança de cenário em uma família vulnerável. Sendo eu filha de indígena e quilombola (agricultor e professora), encontrei na educação uma porta de saída para uma realidade mais digna e sem fome.

Tive a destra de ter minha amada mãe como minha primeira referência de ensino e educação, pois na fase dos primeiros anos de ensino infantil ela estava lá sendo minha professora, me mostrando como aprender, como escrever, como ler e me mostrando que ali seria apenas o princípio de uma jornada longa e distante, mas que ao término ou ao alcance de metas eu olharia para trás e seria grata.

O fato de a minha família sempre viver no campo e sobreviver da agricultura, nós nos encaixamos por muito tempo no perfil de família de baixa renda. Meu pai vivendo de trabalho agrícola e vendo a realidade na qual éramos inseridos, sempre foi incentivador para que minha mãe conseguisse concluir uma graduação e posteriormente especialização.

A trajetória da minha genitora não foi fácil, morar em zona rural, andar de ´´pau de arara´´ (transporte aberto de bancos de madeira que transportava passageiros para a zona urbana) para conseguir pegar ônibus para estudar e se graduar em outro município, deixar por vezes seus filhos pequenos a chorar desesperadamente e precisando se ausentar e retornar apenas no dia seguinte, por muitas vezes nos relatou ser angustiante e querer desistir, por muitas vezes seu incentivo era mudar a realidades a qual era inserida e comigo não foi diferente.

No ensino infantil e fundamental sempre estudei na zona rural, para mim estes foram os anos mais difíceis, o fato de precisar andar quilômetros no sol para chegar à Escola ou para

pegar o transporte escolar, soava para mim desmotivador. Sempre relato que minha maior sorte foi gostar de estudar, pois muitos que estavam comigo se perderam no caminho e desistiram do trajeto.

Partindo para o início do ensino médio, o mesmo modelo de dificuldades segue, por se tratar de uma fase onde somos mais motivados a ingressar no ensino superior, pude me sentir mais motivada a enfrentar o cansaço da jornada de distância entre minha casa e a Escola, entre os empecilhos de um educador e outro e entre as próprias fases da adolescência.

Na sequência dos anos, com a carga de questões sociais e empecilhos educacionais tive uma crise existencial que me levou a um adoecimento mental grave, por vezes desistir da própria existência era a minha solução pessoal. Tive que lutar, lutei, caí, levantei, caí de novo e procurei ajuda profissional, me cuidei e aprendi a lidar com várias questões.

O fato de ter precisado e buscado ajuda de um profissional que me ajudava a entender minhas questões pessoais me atraía de uma maneira crucial, me encantava saber que uma pessoa me compreendia mais que eu a mim mesmo, daí a paixão pela psicologia e a escolha do curso.

Saber que a menina de autoestima baixa, que teve depressão e TAG poderia ser facilitadora de compreensão do eu do outro me encantou, assim como fui ajudada precisava sentir a sensação de ajudar o outro, de transmitir empatia e acolher dores incompreendidas.

Partindo para o meu trajeto na graduação, sempre fui amante das universidades públicas por saber que não teria condições financeiras para custear meus estudos de forma particular. Ao escolher bacharelado em psicologia tive enxurradas de críticas destrutivas, pois os curso dos sonhos das famílias mais humildes eram os que tivessem um retorno financeiro maior.

Ao terminar o ensino médio aos 16 anos de idade já fazia planos de ingressar na universidade através do ENEM, porém nessa fase devido aos problemas mentais estava inapta aos estudos ou a qualquer tarefa que me requisitassem esforços mentais. Passei 02 longos anos e maltratantes até ingressar no ensino superior particular com muito esforço e dedicação dos meus pais.

Mesmo com o fato de ser ensino particular, tive bastantes dificuldades de acesso, pois precisava fazer o mesmo percurso de minha mãe e me deslocar para outro município. Período

árido, mas também de bastante bagagem, enfrentei dificuldades, conheci pessoas as quais os laços se mantiveram até hoje.

No primeiro período da faculdade me sentia perdida, sem rumo e sem sentido ali, cogitei a possibilidade de as críticas estarem certas e eu estar no lugar errado, achei não ser capaz por vários motivos próprios, tive meu próprio eu como um dos piores monstros a enfrentar e enfrentei.

As dificuldades de entendimento dos assuntos, a forma de repassar o conhecimento que alguns docentes passavam me deixava bastante sufocada, devido aos problemas psicológicos que eu ainda tinha, algumas situações eram cruciais para ativar as válvulas.

Mas o fato de a psicologia surgir como uma forte aliada que me impulsionava a não desistir, a buscar aprendizado e conhecer este campo tão vasto, eu pude ir prosseguindo para o próximo período e ter a sensação de não fracassar, e que tudo o que eu acreditava que o ensino transforma vidas estava correto e me levaria além dali.

Creio que neste trajeto com os empecilhos existentes aquele tempo, pude me reconectar e me colocar assim como minha mãe, sofreu dificuldades e não desistiu, nos momentos em que me faltava algo conseguia respirar e imaginar que ao fim de tudo aquilo eu iria conquistar o que eu almejava, inclusive mudar minha condição social.

Recordo-me que em alguns momentos na sala de aula, indiretamente meus mestres me induziram a reconectar-me e me traziam para a realidade, ao ouvir uma frase de motivação ou incentivo eu podia ali voltar para a estudante que sempre acreditou que era ali a saída, que era ali que deveria estar e era dali que partia o princípios para enfrentar a vulnerabilidade social.

Ao se aproximar do fim do curso, a escolha da área de atuação foi de controvérsia com a área social, me aprimorei na psicologia clínica, pois era uma paixão que me encantava e o fato de não ter tido muito contato com a área social enquanto estava na graduação fez com que eu não vinhesse a me aprofundar mais nesse campo.

No trabalho de conclusão de curso tive bastante dificuldades, mas com a grande sorte de ter feito com uma parceira que me completava. Terminamos, conseguimos apresentar e nos sentimos realizados!

No último período de faculdade realizamos nosso estágio de especialização, no qual realizei em psicologia clínica. Recordo-me do meu orientador, muito sábio, inteligente o qual

foi meu orientador de tcc e que tinha meu apreço e admiração. Apesar de uma figura um pouco rude, sempre foi empático comigo e os demais.

No decorrer do período e ao fim do estágio tive contribuições negativas que me fizeram refletir como profissional do futuro e me frustrou para uma prática de construção de trabalhos acadêmicos que venho superando a cada dia.

Nesta especialização em específico tive bastantes entraves, não pude me dedicar, não cumpri prazos e me desesperei, me senti novamente desmerecedora de estar aqui. A maternidade, a rotina de trabalho, o tempo curto e o cansaço foram motivos relevantes para não finalizar, mas que apesar de tais, cheguei até aqui.

Levar uma rotina corrida com todas as horas do dia preenchidas não foi fácil. Entre a psicologia social e a psicologia clínica precisei dar conta de uma realidade árdua de trabalho, uma rotina estressante, escaldante que por vezes me levou a falhar nos estudos e na produção deste trabalho. Por vezes me frustrei, mas com o decorrer das aulas pude ir despertando novas forças de vontade para prosseguir.

Atuar em outro município que não era onde eu residia, no caso no município de mirandiba, me colocou em uma carga horária diária mais apertada, ter que viajar toda semana com meu filho, lidar com a maternidade estressante e uma vida pessoal sem prioridades era abdicar de quaisquer tarefas extras, porém encarei a batalha desta especialização e da realização deste tcc.

Tive uma nova mudança de rotina ao ser contemplada com a atuação profissional no meu município de morada que é em Serra Talhada-PE, porém em um serviço diferente. Fui atribuída a trabalhar com a população em situação de rua, na qual mudei meu viés e cogitei mudar o tema do meu projeto, porém por questão de tempo não havia mais a possibilidade.

Nova rotina estabelecida e mais dificuldade de organização para o construção do meu trabalho, assim me motivei onde não sabia e busquei inspiração nos usuários do serviço que eu estava atuando, para assim observar suas demandas e encaixá-los de alguma forma nos meus estudos.

Os estudos do alcoolismo e sua relação com a pobreza nos leva a refletir sobre um olhar diferenciado para este público. A angústia da falta, do não ter, de estar inserido em uma realidade cultural vulnerável nos leva a várias possibilidades negativas; a população em situação de rua em específico se insere neste meio como agente ativo ao uso do álcool, sendo

uma maneira encontrada por tais para amenizar os impactos sociais negativos de se encontrar em situação de rua.

Ter a oportunidade de trabalhar com a pessoa em situação de rua me faz observar ainda mais a atuação do SUAS e assim como a do Estado. Poder ver os usuários do sistema envolvidos em válvulas de escapes negativas como o álcool, me fez refletir sobre o meu projeto e o que eu gostaria de trazer nele.

Por fim, para a construção deste trabalho desconectei-me por várias vezes e precisei me reconectar, desistir e voltar a resistir. Achei não conseguir, mas minha motivação foi ver meu primeiro colega na sua apresentação e pensar que meu trabalho pode somar em uma realidade que é tão carente de intervenção.

## **2.1 Do curso, dos impactos e contribuições**

O curso para mim inicialmente foi uma porta para uma soma de conhecimento do campo das políticas sociais que são bastante discutidas e por vezes incompreendidas. É bastante visto no próprio cenário da assistência social a desinformação e o desentendimento da política por parte dos próprios profissionais. Por a especialização ter se iniciado no período pandêmico e já estarmos nos adaptando ao meio remoto, ainda há a dificuldade de absorção do conteúdo, porém com o passar dos tempos a adaptação se faz necessária para o desenvolver uma boa aprendizagem e contemplar a importância crucial desta especialização.

Poder levar aos profissionais o conhecimento de forma remota em tempos de calamidade pública é uma forma produtiva de capacitar e levar diálogo e conhecimento mútuo, para formar trabalhadores mais adeptos e protagonistas das questões do SUAS. Dialogar com cada fase do curso muito bem elaborado, proporciona além de aprendizado a organização, para que haja tempo e espaço para cada assunto sem atrapalhar a rotina do cursista; pensar desta forma é ter empatia com o aluno entendendo suas realidades e dificuldades.

As disciplinas e a troca de conhecimento entre os colegas de curso e os professores fizeram-me situar entre conhecimento e prática, realidade e base teórica pautadas nos princípios do SUAS e nortearam-me enquanto atuação no serviço público. Estar frente com a realidade dos colegas, partilhar saberes, propostas e também angústias faz-nos mais próximos de uma realidade que é compreendida pelos demais profissionais.

O que me trouxe de novo foi uma compreensão de forma mais técnica, mais teórica pautada e embasada nas mais diversas teorias. Devido ao iniciar o curso eu estar iniciando no serviço público do SUAS, a minha dificuldade era a falta de compreensão do que de fato era a política pública, seu contexto histórico e de atuação e minha importância enquanto profissional inserido no serviço.

Poder me sentir pertencente a este serviço faz-se configurar como pessoa, como trajetória e como profissional é o sentimento de realização que se pauta na dinâmica de compreender conteúdo e prática e acima de tudo mudar essa prática com foco em políticas mais efetivas e menos paliativas.

As disciplinas me transportam para uma realidade mais crítica e me possibilita levar conhecimento e atuação ética para os demais profissionais do meu campo de atuação. Poder contemplar demais pessoas com meu aprendizado e com uma visão mais ampla e humana do SUAS sem dúvidas é uma das melhores realizações profissionais.

Compreender o contexto histórico da realidade da vulnerabilidade e da pobreza em si, me norteia para a construção do meu trabalho. Fazer link com a realidade do meu público alvo me faz compreender as questões sociais por várias linhas e vários vieses, pois a compreensão de uma realidade histórica e cultural nos faz refletir e chegar à crítica com desejo de mudar a realidade dos nossos usuários.

Perceber o alcoolista como sujeito de direito que por muitas vezes é invisível, é dar visão a uma política quase que de despertamento da população, dos usuários, dos serviços e do meio social como um todo. Ser visto, ser ouvido enquanto sujeito de realidade pobre já é difícil, imaginemos então o mesmo perfil, mas com realidade de dependência química. Debater políticas públicas para o alcoolista é ir além da assistência social, e debater saúde pública assim como saúde mental em especial.

A cada material colocado e explicado no curso, se conecta com a realidade da pobreza, da falta de alimento, moradia digna, acolhimento, empatia e entre outros; observa-se uma linha histórica de avanços e também de mesmices que anulam alguns ganhos e avanços necessários.

Como exposto a cada encontro em sala, falar das políticas públicas é mais que um debate, é preciso se mobilizar de maneira a ir de encontro com as mudanças e avanços. O SUAS da realidade se diverge com o que de fato está na lei e com as atuações profissionais. O

Estado se abstém por vezes da sua responsabilidade enquanto instância maior, deixando a minguar questões tão importantes para uma população desassistida.

Entendendo a necessidade de mudanças para a fome, para a pobreza e a realidade dos vulneráveis, hoje me coloco no lugar de profissional militante, com desejo ardente de efetivar políticas para a população alcoolista que se encaixam no perfil de família vulnerável.

No início deste curso estava atuando como técnica em um CREAS de pequeno porte onde a demanda do alcoolismo em bairros de baixa renda era gritante no meu equipamento de atuação. Desenvolver um projeto para este público propõe sair de uma atuação enquadrada em uma "caixinha" e nos convida a estar frente a frente com a nossa demanda com um olhar de mudança de cenário.

Levar informação, conhecimento e orientação, vai muito além de uma conversa com nossos usuários, é preciso colocar-se em posição de empatia, de escuta flexível e se permitir escutar além de um contato de uma entrevista programada e estruturada.

Se permitir entender o outro, ser acolhedor e ser agente de empoderamento é uma arte de grande importância na atuação do profissional de linha de frente dessa política, pois nos serviços atuais existe um déficit muito grande de uma atuação assim.

Deixo também a importância do curso em relação a nossa atuação enquanto profissionais, que reforça o nosso papel ético para garantir aos usuários do serviço serem atendidos por profissionais pautados no respeito às características individuais de cada ser humano, nos seus modos, nos seus valores e nos colocando enquanto trabalhadores éticos e com compromisso profissional.

Ressalto aqui que me pude resignificar enquanto profissional, atuante e enquanto pessoa. Entender o sentido da minha profissão inserida na assistência foi um dos mais importantes ganhos neste curso, pois assim me realizo a cada dia de atuação e me enxergo de fato inserida na realidade do SUAS.

Sempre me baseio nas normas da minha profissão e neste primeiro capítulo deixa o primeiro princípio do código de ética profissional de psicologia que sempre me norteia no percurso da minha atuação, falar de ética para mim é falar de respeito aos usuários dos serviços do SUAS, é acima de tudo saber que sobre a vida do outro temos o dever de respeitar e saber que escolher trabalhar com a política de assistência social é escolher lidar com vidas vulneráveis e respeitá-las.



O Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005, diz no seu princípio I.

O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Poder ter o privilégio de junto aos colegas e mestres construir um percurso tão rico é de suma importância, levar o primeiro princípio do código de ética da minha profissão para o serviço público é desafiador, pois ofertar liberdade, dignidade e igualdade aos usuários do SUAS soa como uma luta constante.

Diante de leis e políticas falhas a atuação profissional se perde em emaranhados de ilusões, o desejo de mudar a realidade do outro sem armas para isto é de bastante dificuldade, porém leva-nos a batalhar por possibilidades e a ser agente ativo nos debates das políticas públicas sociais. falar sobre o alcoolismo e sua relação com a realidade vulnerável é implicar em críticas que possam instigar a discussão de uma política ao usuário de álcool que se encontra em situação de vulnerabilidade social ou pobreza extrema.

### **3. CONCEITUAL TEÓRICO**

#### **3.1 Vulnerabilidade social e as consequências da falha de efetivação dos direitos humanos**

A vulnerabilidade social se instala na sociedade com diversas visões, interpretações e conceitos e na realidade brasileira temos a visão que contempla esta vulnerabilidade como uma insegurança, a falta e ao não ter, e que em decorrência disto pode levar os sujeitos que estão inclusos neste meio para uma realidade de pobreza (SILVA, 2007).

De acordo com o que expõe Silva (2007), a vulnerabilidade social pode ser observada por dois vieses: tanto por resultados negativos por falta de disponibilização dos recursos necessários para si, quanto dos sentimentos negativos de incerteza e insegurança que são provocados devido a falta de recursos econômicos para suprir as necessidades adequadas, desta forma pode ser sentida tanto por impactos externos como também subjetivos.

Ainda com Silva (2007), a autora reflete sobre a localização onde encontra-se mais vulnerabilidade social, destaca que o meio urbano historicamente é tratado como um local valorizado economicamente, fixando o olhar econômico para uma classe mais favorecida e deixando apagada a população mais desassistida.

Então, essa divisão feita culturalmente reforça ainda mais a exclusão das pessoas mais desassistidas, de tal maneira que empodera a classe mais alta e desmerece a classe de baixa renda e isto faz gerar mais desigualdades em meio a uma sociedade que ainda prioriza um modelo de sociedade capitalista que se assemelha com os modos mais antigos de tratamento as pessoas ditas pobres.

DALLARI (2007) nos traz uma reflexão de bastante soma, no seu texto explana que apesar dos avanços após a constituição de 1988 que traz vários direitos a dignidade da pessoa humana, ainda há reflexos de um modelo capitalista em que necessita-se de um poder aquisitivo que se sobrepõe a uma classe mais baixa.

Neste sentido assemelha-se a sociedade a qual estamos inseridos, pois apesar da política para garantia de direitos sociais existir, sabe-se que ainda é uma política falha e por várias vezes paliativa, deixando a classe desfavorecida a mercê do governo que se enquadra no modelo capitalista e individualista que prioriza os desejos do Estado antes dos deveres com a sociedade.

São diversas as características atreladas a esse público de situação mais desfavorecidas, sendo pessoas culturalmente excluídas por um conceito de pobreza enraizado desde os tempos passados e devido a cultura populacional sustentar esse mesmo conceito ainda hoje, as pessoas de maior vulnerabilidade social sofrem maiores consequências quando existem as chamadas crises econômicas (ANTUNES, 2015).

Ainda com Dallari (2007), o autor resgata o conceito histórico da luta dos direitos humanos que nos coloca na realidade do atual cenário da vulnerabilidade social. Ele deixa explícito que em dado momento histórico a realidade da discriminação, desigualdade, preconceito e dentre outras violações contra as pessoas mais pobres se dava em um público específico, como exemplo os negros que eram escravizados pelos brancos (DALLARI, 2007).

É sabido que a realidade da discriminação seja racial ou por qualquer outra demanda passa um contexto histórico que demandou lutas, vitórias, perdas e permanência de algumas situações. Atualmente podemos observar que esse mesmo modo de discriminação permanece, seja como modo de exclusão e falta de garantia de direitos efetivos ou de outras maneiras. Um exemplo que se enquadra nestas situações são as famílias de baixa renda composta por pessoas que na sua maior parte residem em bairros vulneráveis e com uma cultura de pobreza geracional.

SILVA (2007) destaca que os locais vulneráveis são descritos por espaços que se configuram com maior dificuldade de acesso a condições habitacionais, saneamento adequado, educação de qualidade, direito à informação, a oportunização e entre outros. A falta destes acima descritos implica em uma realidade com mais dificuldades e angústias sociais e emocionais, fazendo indivíduos mais propensos a instabilidades em várias esferas.

Frente a isto é possível observar um contexto histórico da realidade vulnerável, que perpassa até o presente momento. Direito às políticas essenciais para uma vida de qualidade não é acesso de todos, então falha-se sobre o princípio de resguardar a igualdade, dignidade, equidade e assim como os demais que são tão importantes para a existência e qualidade de vida dos usuários. Um ponto bastante relevante para a discussão das vulnerabilidades sociais é a economia do meio ao qual estamos inseridos.

A falta de recursos, a crise financeira, econômica e entre outros fatores que atrelam a economia do país são fatores que militam para o desencadeamento da maior permanência da fase de vulnerabilidade social. De acordo com Antunes (2015), os fatores consequentes atrelados a crise econômica são diversos e se dão de diversas maneiras, e diante de uma

população mais vulnerável esses fatores se expõem de maneira mais severa. O fato de uma política de direito sem um teor efetivo e que chegue a todos torna as crises econômicas com maior impacto na família ou população de baixa renda (ANTUNES 2015).

As crises econômicas quando atreladas às pessoas de baixa renda são fatores cruciais para o desenvolvimento de uma saúde adoecida, tanto física quanto mental, fazendo então gatilhos para a procura de algo que vá amenizar alguns sintomas do adoecimento mental (ANTUNES, 2015).

ANTUNES (2015) nos diz que é compreendido que, para um bom relacionamento com as adversidades da vida é necessário estar com a saúde mental resiliente, pois de acordo com o que se pauta na OMS, saúde vai além de diversos fatores e é preciso atentar-nos a eles. O fator econômico é algo que influencia grandemente quando se trata de uma mentalidade saudável, pois o fato de um impacto econômico na realidade mais vulnerável resulta em uma mente adoecida e falta de possibilidades positivas para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social (ANTUNES, 2015)

Os efeitos negativos da pobreza são vastos, se tratando dos efeitos psicológicos, estes estão gritantes, os desencadeamentos de transtornos mentais estão a cada dia aumentando fazendo então seres humanos adoecidos mentalmente que refletem na sua saúde física, no seu cotidiano e gerando uma população com falta de possibilidades em diversas visões (ANTUNES, 2015).

A fome, a pobreza, a falta de trabalho e a necessidade de possibilidades são alguns fatores que hoje em dia tem forte impacto nas vidas das famílias mais desassistidas das políticas, sendo uma influência para a busca de substâncias que produzem alívio, como por exemplo, o álcool (ANTUNES, 2015).

A pobreza refletida na saúde mental se destaca como um fator crucial para o sofrimento emocional, sendo então relevante a decorrência a uma predisposição ao transtorno mental e assim como de tornar mais vulnerável ao uso do álcool ou qualquer substância que transporte o sentimento de sofrimento, angústia e desesperança para longe da realidade (ANTUNES, 2015).

As vivências experienciadas por uma pessoa em situação de vulnerabilidade social nos faz repensar como implica na vida de alguém o fato de conviver com a angústia do inserto, em momentos de pertencimento e não pertencimento de uma sociedade digna de direitos e



valores. Falar sobre desigualdade social é falar e repensar sobre o conceito de vulnerabilidade social e outros conceitos que podem vir atrelados a essa temática.

Atualmente no nosso meio conseguimos perceber que a historicidade desse tema continua no mesmo viés; apenas as pessoas de classe mais favorecidas têm a estabilidade de uma vida digna enquanto a pessoa de classe baixa continua a clamar efetivação de direitos e cobrar o que deveria ser dado por lei.

Permitimo-nos a esse debate é propor um olhar crítico sobre as políticas públicas e nos colocarmos a refletir sobre o seguinte artigo da declaração universal do direitos humanos:

At.22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (Assembleia Geral da ONU, 1948)

O artigo citado nos traz como devemos nos basear enquanto seres humanos dignos de direitos assim como deveres, trazendo que as pessoas possuem por direito o que está estabelecido no artigo citado da declaração universal dos direitos humanos. Nos faz refletir enquanto prática profissional, enquanto trabalhadores e enquanto pessoas. Desta maneira segue os seguintes questionamentos: Enquanto profissionais somos e estamos sendo agentes de garantia de direitos ou apenas replicando o que o Estado nos impõe? Temos um olhar humanizado para a população mais pobre que faz uso abusivo de álcool sem julgamento de valor?. Respondendo a estes questionários nos perguntemos: Quem sou eu enquanto atuante nas políticas públicas do SUAS?

Trago estes questionamentos como fonte de reflexão para a prática profissional enquanto atuantes no campo da assistência social. Falar em políticas públicas de direito é fazer um percurso no qual devemos nos criticar enquanto profissionais e enquanto participantes de uma sociedade ainda enraizada na discriminação social. Vencer um modelo capitalista de atuação das políticas é um desafio a se enfrentar, é preciso um olhar diferenciado e humanizado com finalidade de atuar no modelo do que nos resguarda a Constituição.

Por tanto, sabe-se que ainda é preciso avançar bastante no campo da atuação dos profissionais, na quebra de preconceitos e julgamentos de valor, é preciso se empoderar das normativas que alteram a atuação profissional assim como fazer delas nossas aliadas para que

de fato assim internalizamos no nosso eu de maneira a fazer uma política pública mais empática, efetiva, de igualdade, sem julgamento de valor e com um olhar cada vez mais humanizado para quaisquer usuários dos serviços.

### **3.2 Alcoolismo como decorrência da falta de garantia de direitos**

O uso recorrente da bebida alcoólica é cultural desde muitos tempos, seja em quaisquer classes sociais o uso abusivo da substância vem se mostrando ser um problema social e de saúde pública também, pois se pode enxergar o uso exagerado por várias situações e motivos (GAULIO, 2015).

Segundo CHAGAS, Maciel et al (2008), o alcoolismo tem agravado a vida das pessoas em várias esferas da vida humana causando diversos prejuízos pessoais, por se tratar de uma enfermidade considerada crônica o ato do uso abusivo da substância causa então prejuízo na esfera da saúde física e mental, no meio de trabalho e familiar assim como nas questões subjetivas de cada pessoa.

Os indivíduos considerados alcoolistas têm dificuldade em aceitar que são dependentes e sentem-se autônomos para parar o uso quando acharem necessário, porém não ocorre dessa maneira, por acharem que o alcoolismo não se caracteriza como problema estes indivíduos têm bastante dificuldade de buscar ajuda ou tratamento (CHAGAS, Marcel et al, 2008).

O alcoolista é visto perante a sociedade como sujeito indigno de direitos, por puro preconceito e discriminação, indo então em oposição ao que compete na Constituição de 1988. Como frisa Dallari (2007), a Constituição preza pelos direitos fundamentais da pessoa humana, pensando na promoção e na garantia de tais direitos.

O estigma social faz com que as pessoas tenham um conceito menos valorizado que os demais e nisso os colocam como figuras de desmerecimento e inferioridade em relação a algumas coisas e situações

Então entendendo a política social como um agente de mudança para a sociedade, assim como para uma sociedade mais vulnerável e com dificuldades sociais este meio de mudança funciona como uma estratégia do Estado, para sanar carências tais como: fome, pobreza, saúde, educação dentre outras (YAZBEK, 2006)

A criação de políticas sociais, quando pensada para quem de fato precisa, é de suma importância para a superação das desigualdades sociais. Entretanto é percebido que por várias vezes essa política não é pensada somente com interesse da população, mas com interesse do Estado, desta forma é feito uma reprodução da desigualdade, criando-se políticas paliativas ou mesmo não efetuando de forma necessária e correta (YAZBEK,2006)

É sabido também que mesmo diante de lutas essa política por muitas vezes é falha na sua efetivação, seja por parte do Estado ou até mesmo na prática profissional. Ainda há a falta de uma política pautada na realidade vulnerável e com olhar universal, onde observa a realidade da falta de recursos financeiros que passam custear mais que meras políticas paliativas que ainda se vê no modelo semelhante a um modelo capitalista de onde as políticas sociais atuais tentam sair (YAZBEK,2006)

Portanto, compreende-se que os direitos humanos são assegurados por lei, porém ainda falta muito para efetivação competente. O usuário alcoolista de baixa renda é taxado pelo preconceito e discriminação, sendo então essa falta de efetivação de garantia e de humanismo uma característica forte para dificultar a superação de vulnerabilidade e alcoolismo dos usuários (YAZBEK,2006)

Para que haja efetivação dos direitos ao cidadão é necessário um Estado que se posicione e execute de fato esses direitos, estabelecendo políticas públicas que tragam melhorias, fortalecendo o protagonismo da participação da sociedade na criação de políticas, assim como o exercício destas para que seja superado o modelo capitalista de pensar e agir. O neoliberalismo é uma forma regredida de ver esses avanços, a prática deste modelo vai de encontro com o modelo capitalista, onde não se é possível ter uma política digna que seja pensada com empatia e respeito às necessidades do próximo (BROWN, 2019).

Precisando falar nesse contexto sobre cidadania, pois diante do movimento de lutas e conquistas para as políticas sociais falar de cidadania é falar sobre uma construção de direitos políticos que exerce por parte de um cidadão, é um debate também que foi construído com bastante luta, onde nos tempos atuais percebe-se que o cidadão está inserido na participação política que antes não se era possível (COUTINHO,1994).

A pobreza e a desigualdade são marcos na história do nosso país, sabe-se que a classe mais popular é bastante desvalorizada, a fome bate frequentemente na porta do vulnerável, fazendo um paralelo com a construção da cidadania. A cidadania nos proporciona que esse usuário possa dar contribuição em uma construção de uma política mais voltada para a realidade deste público. A conquista de exercer essa cidadania é um ganho de suma

importância, porém percebe-se que apesar de tal ganho a cidadania não é compreendida e até mesmo usada de maneira leiga.

A questão da desigualdade social no Brasil vem de tempos anteriores e passado a cada geração como se fosse algo a cultivar, quando na verdade deveria ser algo a superar. Em relação ao alcoolismo em empace com a discriminação e também a falta de uma cidadania exercida com protagonismo, vejo como semelhante na relação com a desigualdade social, pois apesar de haver políticas voltadas ao alcoolista sabe-se como a pessoa alcoolista ainda é bastante discriminada, tanto pela sociedade quanto pelo poder público e por o próprio usuário.

Oliveira (2010), em seus escritos falando sobre o conceito de neoliberalismo, diz que o neoliberalismo deveria ser visto como um avanço a democratização e direitos humanos, porém no Brasil é visto como politização, e de certa forma desvalorização do verdadeiro sentido da democracia.

A politização de desvalor das políticas sociais que muitas vezes se atrelam e se confundem perante a sociedade faz com que habitemos em um meio que faz da garantia de direitos uma maneira de colocar as políticas públicas como favores a sociedade e que em troca receberia a cidadania errônea que se transmite por exemplo através do voto não consciente.

Em relação ao alcoolismo, é possível observar algumas questões frente ao neoliberalismo. Muitas vezes o uso da politização leva a desvalorização da política social para o alcoolista, por exemplo negro e de baixa renda. Faz-nos remeter aos séculos passados onde apenas o capitalismo enraizado para a classe alta prevalecia, deixando os pobres a merecer da escravidão e migalhas do clero (OLIVEIRA, 2010).

Diante disso há muito a se fazer e é preciso começar pela escada do poder público para que então comece a desmistificar essa cultura enraizada da desumanização, violação de direitos e de um neoliberalismo controverso. A pessoa com vulnerabilidade social não tem facilidade para reivindicar direitos, talvez por não conhecerem a política, talvez por já estarem fartos de muitas vezes não terem retorno ou pela falta de efetivação propriamente dita que chega a deixar os usuários desesperançosos de direitos igualitários.

Neste sentido também nos colocamos enquanto profissionais que na práxis precisamos somar junto aos equipamentos e aos serviços do SUAS. Guerra e Emerique (2017), fazem uma ressalva quanto ao exercício da política e do profissionalismo para com os direitos humanos, trás que carece de ser interdisciplinar de modo a levar uma visão global e de várias linguagens profissionais a fim de buscar uma política descentralizada e voltada à garantia de

direito integral à pessoa humana. Se tais garantias fundamentais não são estabelecidas estaria então violando direitos ao invés de garanti-los, então debater sobre essa pauta vai muito além de buscas e impõe-se sobre atos, sobre exercer, sobre ir e não apenas buscar (GUERRA e EMERIQUE, 2017).

É dever dar dignidade ao pobre, fazendo então a situação de vulnerabilidade superada, porém nem sempre se faz desta forma. Em relação ao alcoolismo é preciso políticas que de fato efetivem-se. O poder político por muitas vezes se omite de seus compromissos, deixando o usuário em ponto zero. Sabe-se que por muitas vezes são feitos usos indevidos do que deveria ser destinado ao vulnerável, nesses casos só reforça uma assistência desmontada e desestruturada.

É preciso acima de tudo compreender o outro em e as suas totalidades, para que possa entender o porquê de suas escolhas e do contexto no qual se insere. Olhar para o outro de uma forma mais humana e buscar sempre a garantia dos direitos efetivos de todos os usuários.

A cultura da normalização da fome, da falta e da dignidade humana é tomada por vários âmbitos da sociedade, neste sentido nós profissionais enquanto escuta e olhar diferenciado para o outro devemos nos propor a uma práxis mais humanizada tanto no atendimento ao público quanto nas discussões das políticas para este público. Falar de alcoolismo é falar de problema social, é falar de saúde mental e falar da influência que a vulnerabilidade social e a falta de garantia de direitos tem sobre a relação abusiva do álcool.

Para concluir esta reflexão, coloco aqui algumas questões importantes: A vulnerabilidade social está presente não só no bairro de baixa renda como também na cultura que está enraizada com preconceito, discriminação e falta de humanismo. A sociedade, o usuário, a gestão pública e até mesmo o trabalhador já tem um olhar preestabelecido sobre o pobre e o alcoolista.

A angústia de se viver em um meio ao qual não se pode suprir a fome, não se tem moradia digna, renda suficiente e entre outras instabilidades sociais causam aos indivíduos um adoecimento mental no qual se decorre o uso de álcool ou outras drogas. Assim como o tráfico de drogas em alguns casos supre a questão financeira de um indivíduo pobre, o álcool supre as questões emocionais voltadas para a angústia de se encontrar na situação de posição inferior à dignidade humana.

### **3.3 Políticas públicas de efetivação como possibilidades de enfrentamento da dependência química**

Como já se pode perceber, o uso de substâncias psicoativas causam prejuízos severos a vida humana e desta forma uma das medidas para tentar sanar ou amenizar esse problema considerado social é com a criação e execução de políticas públicas voltadas para o uso abusivo do álcool, de maneira que possa ao menos amenizar este ciclo que vem tomando espaço imenso nas nossas realidades.

A lógica da falta de atenção para aqueles que são excluídos de alguma maneira dos serviços de saúde ou assistenciais implica na necessidade de rever os modos de cuidado e execução das políticas que se atrelam ao uso do álcool e outras drogas, desta maneira percebe-se que a não efetivação ou a falha da execução dessas políticas causa imobilização dos avanços a este público alvo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

De acordo com o texto do Ministério da saúde (2003), o Sistema único de saúde nos traz uma gama de possibilidades na atuação de promoção à saúde, traz também que diante dos avanços trazidos pela lei 8080/90 pode-se criar possibilidades para dar uma saúde mais digna à população. Desta forma, assim como o direito à assistência social previsto em lei há também direito à saúde de forma a dar melhor qualidade de vida aos seres humanos, isto também previsto em lei.

Neste contexto, encontra-se nas políticas públicas, seja de saúde ou assistência, uma ponte para o enfrentamento das diversas vulnerabilidade assim como do problema social relacionado ao uso da bebida alcoólica. Os indivíduos que se encontram na situação de alcoolismo por vezes tratam-se de pessoas que estão em risco ou já sofreram algum tipo de violação de direitos.

Nos escritos da cartilha de orientações técnicas sobre atendimentos de famílias no contexto de PAEFI ressalta que a atuação das políticas do SUAS junto a rede de proteção social especial tem importante papel, como descreve abaixo

Nesse contexto, a política de assistência social ganha relevância pela consonância de suas competências legais de garantir proteção social a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos, inclusive, as associadas aos usos de álcool e outras drogas, por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios (BRASIL, 2016).

Assim, a importância dessa rede como um todo e com parceria com as demais se torna grande arma para enfrentar as situações mais precárias de falta de garantia de direitos, de vulnerabilidades e violações de direitos assim como problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas para fuga da realidade na qual os indivíduos considerados mais pobres estão inseridos.

De acordo com Brasil (2016), com a criação da política Nacional sobre drogas foi desenvolvido um viés de avanço, pois destaca que respeita as necessidades e a subjetividade de cada sujeito humano fazendo assim uma política pautada no respeito, dignidade e garantia dos desejos e da vontade individual de cada pessoa para que assim possa realizar um trabalho conjunto junto com cada indivíduo.

É importante perceber que com a criação das políticas públicas temos um norte para a resolução ou amenização de algumas demandas, cabe ressaltar também que precisa-se tirar do papel e realizar um serviço de qualidade, pois a criação de políticas não executadas resulta em prejuízos a uma sociedade sem direitos igualitários.

Ainda com Brasil (2016), fala que a política desenvolvida por vários ministérios tais como: saúde, educação, desenvolvimento social e entre outros, objetiva ações que se inserem no cuidado, atenção, prevenção e assim como reinserção social dos indivíduos e desta maneira fazer uma política mais humana e de menos exclusão para que com práticas executadas nestes objetivos possamos tentar a cada dia executar um serviço mais efetivo e de qualidade.

A prevenção do uso de substâncias seria o retardo para o conhecimento do mundo do álcool assim como demais drogas, o cuidado para com as pessoas que já fazem o uso do álcool se faz necessário para aliviar os entraves de acesso aos serviços públicos assim como dar acesso contínuo ao tratamento para amenizar os impactos deste problema social e por fim a necessidade de conhecimento sobre as drogas, assim como seus males e maneiras de utilizar a política sobre uso de drogas para a superação ou redução da demanda (BRASIL, 2016).

A atuação do SUAS enquanto atendimento integral a demanda do uso de drogas vem crescendo com o passar dos tempos, se frisa descentralizar o olhar apenas para a realidade do uso do álcool e para a situação de pobreza e se permitir acolher e escutar o outro de maneira inteira sem julgamento de valor e ter o olhar sensibilizado para observar o que está além da situação (BRASIL, 2016). Desta forma o atendimento humanizado aos usuários de

álcool em situação de vulnerabilidade social vai além de base técnica e teórica, busca mais que tudo enxergar o outro como ser humano e buscando um olhar para além da demanda.

A acolhida sem julgamento e humanizada focando o sujeito para além da demanda e assim como inserindo no contexto das políticas públicas de assistência social nos traz uma reflexão diante do texto de Brasil (2016):

Acolher os sujeitos em sua integralidade implica ampliar possibilidades e contribuições no contexto da família, nos grupos de convivência e na comunidade, fortalecendo as relações no território. Implica acolher sujeitos diversos, que têm histórias diferentes, que podem se beneficiar de distintas abordagens, nos diferentes serviços no território, na perspectiva do direito de cidadania (BRASIL, 2016).

Sendo assim, a dinâmica de conseguir olhar para o sujeito de maneira integral e peculiar de forma a inseri-lo no contexto da igualdade social, dos direitos a convivência, a dignidade humana assim como superação de suas dificuldades sociais de forma a se reinserir na sociedade de direito é como deve se pautar o trabalho do SUAS e a prática do trabalhador deste sistema. Conseguir alcançar o outro na sua totalidade é uma tarefa que requer exercício e dedicação, é preciso se deslocar da zona de conforto estabelecida pelos equipamentos de trabalho e se permitir estar igual com os usuários do serviço, só desta maneira conseguiremos caminhar para uma sociedade mais justa.

A visão integral dos sujeitos e a maneira de inseri-los nos nossos serviços atrelados ao Sistema Único de Assistência Social também são possibilidades bastantes produtivas, também ações ligadas ao setor de trabalho e educação são fortes influências para trabalhar com crianças e adolescentes que desta forma da visão de mundo além das vulnerabilidades e da isenção a cultura do álcool (BRASIL, 2016).

Ações como a do SCFV são de extrema importância para retirar um pouco a visão das crianças para a cultura na qual estão inseridas, o papel deste serviço no âmbito do SUAS proporciona a reflexão dos usuários de maneira a criar estratégias e possibilidades para superação da situação de vulnerabilidade e não trazer para si a cultura do alcoolismo de modo a se transformar cada vez mais em um problema social (BRASIL, 2016).

Diante da discussão trazida e as reflexões expostas nestes escritos podemos chegar a conclusão que as políticas públicas são hoje umas das possibilidades mais produtivas para enfrentar as questões sociais. A fome está cada vez mais presente na vida da sociedade e buscar estratégias de enfrentamento se faz necessário, o alcoolismo hoje está cada vez mais recente na vida dos indivíduos e desde a infância e adolescência pois o fato de nascer e se

inserir neste ciclo de pobreza, violação de direitos e álcool está cada vez mais frequente na vida das pessoas que se encontram em bairros comunidades ou locais de maior vulnerabilidade.

Por tanto, sabe-se que as leis e políticas já existentes por muitas vezes não suprem as necessidades dos que precisam, assim nosso exercer profissional possui grande importância, pois a busca de garantia de direitos para todos se faz também no nosso fazer enquanto profissional, na nossa atuação com o outro e na nossa crítica ao Estado para implicar em melhorias para a classe mais desassistida.

Diante do problema apresentado neste capítulo, surge então a proposta de intervenção que diante de uma realidade gritante requer uma intervenção qualitativa e com foco na mudança de realidade ou na amenização de maneira a propor uma psicoeducação assim como debater de forma a transmitir informação e mudança de cenário.

O projeto de intervenção que será logo mais descrito se trata de uma proposta produzida mediante observações feitas da realidade de um município pequeno e de dados observados por o equipamento CREAS do município de Mirandiba-PE, propondo que se possa atuar fazendo com que as pessoas e os usuários de álcool possam de alguma maneira ter uma mudança de olhar sendo este mais humanizado, assim como ter mais possibilidades de acesso a direitos mesmo estando presente em uma realidade de vulnerabilidade social.

#### **4. PROJETO DE INTERVENÇÃO: VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O ALCOOLISMO:**

##### **a) RESUMO:**

Esta intervenção prevê uma atuação em uma sociedade que vive ligada diretamente com o alcoolismo e com a vulnerabilidade social, será realizada no município de Mirandiba-PE onde a criação das estratégias de intervenção servirão para conscientização da problemática pobreza/ álcool e levar uma ação com foco na mudança de cenário pensando também na possibilidade de redução de danos.

Através de observações feitas pelo Equipamento CREAS do município mencionado e percebendo a necessidade de uma atuação com foco na mudança, na sensibilização e no desenvolvimento de um novo olhar para este público, o projeto se dará com base na socialização do tema para a população, comunidade alcoolista e esferas do poder municipal.

Através de palestras e grupos temáticos, o tema poderá ter uma repercussão maior, levando conhecimento e autonomia para os diversos usuários. Em relação ao poder público, o tema levar uma realidade mais explícita, para assim poder ser refletido sobre políticas voltadas para o alcoolismo no município.

As palestras irão se realizar nas Escolas, assim como em postos de saúde da rede municipal com temáticas de conscientização sobre o uso do álcool, criação de possibilidades para superação das respectivas situações e reflexão sobre a relação do álcool e pobreza. Os grupos temáticos irão atuar no sentido de grupos operativos, fazendo reflexão com foco em mudança na realidade ou pensamento dos participantes.

As atividades ou ações serão realizadas de forma colaborativa entre os entes envolvidos, fazendo um projeto de cunho qualitativo, com ação interdisciplinar e focando na responsabilização social para com as problemáticas da realidade existente no município.

##### **b) CONTEXTUALIZAÇÃO:**

De acordo com DALLARI (2007) a questão da desigualdade social no Brasil vem de tempos anteriores e passado a cada geração como se fosse algo a cultivar, quando na verdade deveria ser algo a superar. A constituição de 1988 é um marco no que diz respeito aos direitos

humanos e por tanto a garantia de tais direitos, sendo a pessoa assegurada a direitos fundamentais, tratamento digno e dentre outros (DALLARI, 2007).

No debate da garantia de direitos é fundamental a luta ativa, pois é percebido que na realidade ainda falta muito a ser feito e a ser de fato assegurado. É preciso uma política ativa, agente de ação. No que desrespeito ao alcoolista de baixa renda, é sabido que o preconceito e o julgamento rodeiam esses usuários, sendo a falta de acolhimento um fator presente no serviço público e o alcoolismo associado à pobreza vem se tornando um fator social bastante impactante na vida das pessoas.

De acordo com MACEDO et al (2016), o álcool na vida do ser humano é considerado um problema de saúde pública, trazendo diversos prejuízos ao seu funcionamento, assim como prejuízo social. Por se tratar de uma droga acessível às pessoas sem desgaste de proibição, hoje a dependência desta droga é considerada um dos maiores problemas populacionais, e em decorrência a isso, é possível perceber a sua relação com o fator da pobreza (MACEDO et al, 2016).

O alcoolismo na sociedade vem se mostrando uma grande causa de doença física, mental e de problemas sociais, sabe-se que o crescente uso do álcool em famílias mais vulneráveis se torna um marco e até mesmo uma forma de fuga da pobreza para a pessoa que faz o uso.

O projeto se dará no município de Mirandiba-Pe e trabalhará a temática mais precisamente com a sociedade assim como com a família em situação de extrema pobreza. De acordo com a unidade em que trabalho é possível perceber a carência em relação a esse tema e a falta de flexibilidade de profissionais e gestores para cessar o estado presente e desenvolver de fato políticas e projetos para este público.

Essa falta de olhar sensibilizado e de uma política viva fica explícito no texto de SOUSA (2021) quando a autora coloca na sua fala a defasagem da efetivação da gestão política, que por sua vez deixa a desejar quanto ao atendimento efetivo das demandas sociais.

Ainda com SOUSA (2021) ela nos faz refletir que é preciso que o Estado esteja mais próximo da vulnerabilidade para ver e entender suas reais necessidades e que a sociedade esteja próxima ao Estado, pois desta forma saberia suas limitações e também o que o Estado lhes assegura.

Diante do fato da dificuldade de políticas sensibilizadas que de fato chegue a quem de direito, precisamos compreender que o profissional da assistência ou das demais esferas junto ao poder público têm um papel bastante relevante para com a sociedade leiga. Levar informação sobre a garantia de direito e acolher o vulnerável em uma política humana é dever,

entretanto por muitas vezes isso é negado e impossibilitado (SOUSA, 2021). As políticas para combate, conscientização e acolhimento ao alcoolista e ao vulnerável são bastante fragmentadas e ainda é preciso agir muito para chegar a um lugar de garantia efetiva.

Diante da problemática podemos fazer alguns questionamentos:

Será que a política de garantia de direitos realmente chega a todos? O alcoolista é visto como um ser que possui direitos? E a sociedade e o poder público enxergam o alcoolista perante a sociedade civil?

### **c) JUSTIFICATIVA:**

O município de Mirandiba é um município onde se encontra uma forte influência e tendência à pobreza, e em consequência ao alcoolismo, pois por se tratar de uma região de pequeno porte, a vulnerabilidade social é tida como queixa principal em famílias consideradas de baixa renda e consequentemente os direitos fundamentais são negligenciados para tais famílias.

O Equipamento CREAS deste referido município sendo o Centro Especializado onde se aborda casos de violação de direitos do município, percebe que é frequente aos usuários que chegam ao serviço relatarem fazer o uso desregrado da bebida alcoólica ou em alguma situação específica sentirem vontade de ingerir a bebida e de acordos com os dados observados em média uma faixa de 50% dos casos que chegam a este equipamento há relatos de uso do álcool.

Na minha realidade enquanto profissional é percebido que a dor emocional causa ao indivíduo uma vontade de aliviá-la de alguma maneira. Percebe-se nessa população, que o álcool é associado ao fator de vulnerabilidade, a falta de alimento, a falta financeira e a estrutura emocional que esses usuários não têm para lidar com a situação tendo então o alcoolismo como sensação de alívio emocional.

É importante fazer uma ressalva quanto ao modo como essa população é vista pela sociedade, são taxadas pelo preconceito, discriminação e falta de empatia fazendo uma soma a situação do uso desregrado da bebida alcoólica. É de suma importância levar a frente este debate a fim de, de fato, se discutir e refletir sobre a política de garantia de direitos que é falha, que precisa ser efetuada e faz-se também importante para que o pobre e alcoolista seja visto como sujeito de direito e deveres.

Por tanto, esse projeto tem grande importância para o município, pois levará informação sobre o assunto para a população em geral do município, desmistificação da



cultura do pobre que tende a ser alcoólatra, tratar sobre informar os malefícios do uso da bebida, assim como psicoeducar o usuário e a sociedade levando educação social e pessoal para a população e também os usuários destes referidos públicos.

**d) OBJETIVOS:**

Geral: Promover ações de conscientização da sociedade, assim como dos órgãos públicos municipais sobre a pobreza e a relação direta com consumo do álcool de forma a pensar possibilidades para superação da situação atual;

Específicos:

- Desconstruir a cultura do alcoolismo como uma válvula de escape para fuga da pobreza;
- Orientar sobre os riscos do consumo abusivo do álcool;
- Sensibilizar sobre a busca de possibilidades que não sejam com o consumo do álcool para superar a situação de vulnerabilidade social;

**e) ATIVIDADES:**

Serão realizadas atividades em conjunto com as secretarias de Educação e da Saúde, nestas serão trabalhadas as temáticas do alcoolismo e da sua relação com a pobreza ou mais precisamente como o fator pobreza influencia na dependência química. Haverá também o debate sobre os malefícios do uso do álcool e as possibilidades para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade e alcoolismo.

Serão ações realizadas nas seguintes etapas:

1. Nas Escolas poderá ser debatido em forma de palestras com os adolescentes sobre o uso do álcool, suas causas, maléficas e a desassociação do álcool como válvula de escape para alívios das angústias relacionadas à pobreza.
2. Nos postos de saúde assim como em outro setores da saúde pública, o tema seria abordado de forma semelhante, levando informação para a população que usa da política de saúde e conscientizando sobre a situação de descaso social do uso desregrado do álcool

3. No setor da Assistência Social, devido estar de certa forma frente a frente com o usuário, o projeto se daria de forma mais ativa, com grupos e rodas de conversa, com orientações em visitas domiciliares e com parceria com os demais agentes da saúde que se propuserem a levar informação para o usuário de uma forma mais próxima.

Temas a serem discutidos:

1. Quais os males que o álcool causa ao ser humano;
2. Como podemos desassociar o uso do álcool ao fator da pobreza;
3. A importância de buscar ajuda e as políticas públicas para sair ou amenizar a situação da dependência química e buscar a superação da vulnerabilidade social;
4. Superação do preconceito, da discriminação e da falta de humanismo para com os usuários alcoolistas em situação de vulnerabilidade social.

#### **f) METODOLOGIA:**

O presente projeto será feito por revisão bibliográfica que posteriormente poderá ser executado e sendo a intervenção em sua maioria de cunho qualitativo e visa ao fim desta pesquisa levar conhecimento e atuar diante de certa realidade.

A princípio será feita articulação junto às redes públicas de Assistência Social, Saúde e Educação para dialogar as possibilidades de intervenção do projeto. Feito isto de forma conjunta e compartilhada para dar início a execução do objetivo geral do projeto, para assim atingir o maior número de pessoas.

As parcerias se dão de forma a executar o projeto através de palestras educacionais, encontros com equipe de orientação à saúde, assim como orientação dos profissionais da saúde e da assistência social no ato de visitas domiciliares sobre o uso incoerente do álcool e seus impactos na vida dos usuários e também convidando os mesmos para realização dos encontros e palestras.

Também se dará com encontros realizados pela Equipe de Assistência Social, encontros esses que podem ser realizados mensalmente com temáticas voltadas ao enfrentamento do álcool e a criação de possibilidades para enfrentamento da pobreza. Os órgãos parceiros serão os secretariados com colaboração de suas Equipes, assim como os gestores.

## **g) RESULTADOS ESPERADOS**

Espera-se que com esta intervenção seja possível levar a debate quanto o sistema de garantia de direitos é falho, quanto ainda precisamos agir, quanto esses usuários precisam ser vistos e tratados com respeito e dignidade humana.

A disseminação desta intervenção poderá levar um olhar mais aguçado para este público, para nossa atuação enquanto agente social e para demais reflexões acerca do tema. É esperado também que a população alcoolista consiga vê-se com outros olhares, entenda-se como ser digno e reflita de forma a transformar sua realidade, seja com novas possibilidades ou com a visão de oportunidades que antes não eram enxergadas.

Vivemos em uma sociedade que apesar de avanços alcançados ainda encontra-se deixando a desejar em vários âmbitos e muitas vezes falta de cuidado com o outro nos mostra que ainda vivemos em um mundo capitalista que nos remete ao clero e a uma política centralizada em interesses pessoais e no assistencialismo.

A intervenção tem como foco principal intervir em uma realidade precária que habita o nosso país, realidade essa que é de interesse público, porém quem de direito por muitas vezes se esquivava da sua tarefa e seu papel. É esperada uma mudança de cenário e realidade atuando em conjunto com as demais esferas a fim de conscientização para uma possível responsabilização.

Diante da problemática implicada, espera-se também uma realidade semeada de forma diferente, mais humana, colaborativa, menos preconceituosa e acima de tudo mais alternativa. Por se tratar de um município não desenvolvido, percebe-se que os bairros mais carentes encontram-se em posição de preconceito, discriminação e até mesmo esquecimento social.

Desta forma, aguarda-se com esse projeto novas possibilidades de horizontes, superação do álcool como cultura da pobreza, assim como também construir uma sociedade mais rica de informação.

É esperado também dos profissionais, gestores e atuantes do SUAS uma nova visão sobre estas pessoas, uma visão mais humanizada e determinada para de fato promover uma educação social e uma mudança de situação, pois ainda é preciso mudar bastante a atuação profissional para assim poder possibilitar para os usuários dos serviços públicos atendimento humanizado e garantia de direitos.

## **h) AVALIAÇÃO:**

Como ferramenta de avaliação do projeto será solicitado um feedback de todos os envolvidos a fim de saber se de fato a proposta de intervenção gerou seu objetivo metodológico de uma pesquisa qualitativa.

Para as instituições poderá ser feito encontro presencial com os gestores para um momento de escuta sobre a importância da intervenção em suas secretarias, com a população ao fim de cada encontro lançaram-se perguntas de feedback com alternativas positivas e negativas, já para os grupos temáticos será algo mais focal e próximo a fim de entender se de fato o projeto pode mudar algo em suas realidades.

Cabe nesses momentos pedir falas relacionadas à como foi o momento e pedir para descrever e falar se conseguem levar algo para somar. Breves questionários verbais também podem ser aplicados de forma coletiva.

## **i) CRONOGRAMA:**

### **Atividades 2023**

<b>ETAPAS</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>
<b>Contato com o setor de saúde, educação e assistência para parceria do projeto de intervenção.</b>	X					
<b>Palestra nas Escolas.</b>		X				
<b>Exposição da temática em Unidades de Saúde</b>			X			
<b>Encontro mensal com usuários do SUAS para discutir temáticas.</b>	X	X	X	X	X	
<b>Encontros para feedback e encerramento do projeto. Semana 1: Sec. Saúde Semana 2. Sec. Educação Semana 3. Usuários dos encontros temáticos.</b>						X

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este trabalho trago neste início das minhas considerações relatando a importância desta experiência para mim enquanto profissional que sou atuante no SUAS, durante e após o período do curso pude perceber quão vasto é o campo das políticas sociais e quanto é complexo executar de fato uma política de direitos.

Estar inserido no campo da assistência social requer de nós atuantes um perfil militante e humanizado das ações, pois é uma sociedade ainda com padrões capitalistas e é de suma importância que possamos nos debruçar nas normativas das nossas profissões assim como dos serviços nos quais atuamos e prestamos à comunidade. Fazer um sistema de garantia de direitos que seja pautado no humanismo da relação com o outro ainda hoje é de bastante dificuldade, pois encontra-se atuantes da área que não se satisfazem com a atuação e causam prejuízos aos equipamentos.

Foi possível estimular o exercício da reflexão crítica com colegas e professores do curso, fazendo com que nós nos permitamos pensar e repensar nossa prática profissional assim como a política exercida pelos governos e desta forma provocar-nos como de fato devemos nos posicionar, dialogar e exercer essa política com ênfase as colocações que nos transportam para a realidade das pessoas que mais necessitam de garantia efetiva de igualdade social.

Vivemos em uma realidade ainda capitalista do Estado, e sabemos que a pobreza ainda encontra-se gritante no meio em que vivemos, a vulnerabilidade social e o alcoolismo são problemas passados a várias gerações, o álcool existiu na sociedade desde sempre de forma discreta e que em tempos atuais se tornou algo bastante comum e normalizado assim como o fato de pessoas mais carentes residirem em locais considerados de baixa renda. Falar de uma realidade na qual se encontra crítica é sair de um excesso de políticas bem estabelecidas e elaboradas e observar a realidade na qual os usuários destas políticas de fato estão.

Inseridos em um país em que as desigualdades sociais são explícitas e a necessidade de mudanças precisas, necessita-se conviver com possibilidades de mudança dessa realidade, pois criadas possibilidades de enfrentamento dos problemas sociais pode-se de fato começar a executar uma igualdade social mais integral e efetiva.

Refletir sobre esse ponto nos implica no seguinte questionamento: como criar possibilidades de enfrentamento e solução da problemática com um Estado de visão capitalista?

Sabemos que se houver a reprodução de um modelo de represália e individualismo

nossas armas para enfrentamento das demandas sociais serão pautadas no fracasso e desrespeito humano, é preciso então entender o que de fato buscamos e lutamos para executar nos serviços públicos e desta maneira sermos maior que o modelo que hoje é executado pelo poder maior.

Sabendo que os usuários do sistema público são pessoas que de certa forma não possuem informação, é necessário na nossa atuação profissional a instrução a tais, pois diante de um modelo de superiores capitalistas a sociedade precisa se empoderar para assim ganhar nome a tão importante cidadania. Estar na ponta dos equipamentos junto aos usuários é lutar por melhores possibilidades de intervenção.

Esta experiência EAD me acrescenta bastante, pois ter a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos no meu campo de atuação me permite estar em constante transformação. Diante dos desafios da rotina de trabalho assim como demais questões pessoais, por vezes a modalidade do curso me proporcionou acompanhar o conteúdo de forma mais confortável assim como também pude perceber a importância de um curso com essa modalidade.

Ao fim deste, me provocou a continuar e me inserir ainda mais no mundo da pesquisa e da crítica construtiva. Falar sobre as políticas públicas me propõem a querer mudar determinada realidade e tentar fazer os outros ao meu redor ter uma visão crítica destas também, me provoca a realidade na qual estamos, me provoca a falta de sensibilidade do governo frente a algumas demandas sociais e me provoca a prática profissional dos trabalhadores enquanto agentes que condizem com tal prática.

Este trabalho reflete em uma abordagem crítica teórica e prática assim como uma visão para possíveis mudanças. Mudar uma determinada realidade implica em tentativas de superação de enfrentamento e de protagonismo social, no caso da vulnerabilidade social e do alcoolismo é necessário também uma desconstrução social e cultural para que assim desatrelar a intimidade ligada a estas questões e desmistifique a cultura do pobre que tem tendência a virar alcoólatra.

Então esse processo de construção de conhecimentos e de diálogos me implica a transformar realidades e a criticar minha prática diária. Assim como me proponho a criar tal projeto de intervenção também me provoca a criação de outros referente a demais demandas dos serviços socioassistenciais para que assim possa criar junto ao campo da pesquisa e intervenção um conhecimento mútuo e disseminador. É preciso criar possibilidades diante do campo da pobreza e do álcool fazendo uma realidade mais digna de igualdade e respeito.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, José Antonio P.J. **Crise econômica, saúde e doença. Psicologia, Saúde e Doenças [en linea]**. Lisboa, Portugal, 2015.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas**. Brasília, 2016.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Nova York: Columbia University Press, 2019.

CHAGAS, Marcel et. al. **O alcoolismo e o grupo de alcoólicos anônimos: O conhecimento de alcoolistas**. Cadernos Bras. Saúde Mental, Florianópolis, v. 2, n.4-5, p.190-212, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05**, Brasília, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Rio de Janeiro, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos e metodológicos; Contextualização histórica da educação em direitos humanos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

GAULIO, Maria Andreia Gonçalves. **Alcoolismo: problema de saúde pública**. Porto Alegre – RS. Junho de 2015.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Anima Educação, 2014

GUERRA, Sidney e EMENRIQUE, Lilian Balmant. **Direitos humanos e políticas públicas de combate à pobreza no contexto de globalização**. Cadernos de Direito Actual No 7 Extraordinario, pp. 25-42. Universidade Federal de Rio de Janeiro, Brasil, 2017.

MACEDO, João Paulo et al. **Condições de vida, pobreza e consumo de álcool em assentamentos rurais: desafios para atuação e formação profissional**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 11, n. 3, p. 552-569: São João del rei, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE.. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília, DF, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano emergencial de ampliação do acesso ao tratamento e prevenção de álcool e outras drogas**. PEAD 2009-2011: Brasília, DF, 2009.

OLIVEIRA, Bruno José Luiz. **Políticas sociais, neoliberalismo e direitos humanos no Brasil**. Educere e Educare revista de educação, Vol. 5 n° 9, p. 175-183. jan/jun 2010.

SOUSA, Roberta Messias Gonsalves. **Gestão Social**. Editora Senac São Paulo: São Paulo, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A assistência social na prática profissional: história e perspectivas.** In: Serviço Social & Sociedade, n. 85. São Paulo, Cortez, 2006.